



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/PI

ESTUDO PRELIMINAR Nº 15363919/2020-GTED/SELOG/SR/PF/PI

Processo nº 08410.002587/2024-57

II.6.1. Estudo Técnico Preliminar

O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP:

Art. 18. (...)

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas.

Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2021, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Recomenda-se que os servidores da área técnica e requisitante ou a equipe de planejamento da contratação elabore(em) o estudo técnico preliminar, contendo as previsões necessárias relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente estudo tem por objetivo atender ao disposto no:

1.1.1. Art. 5º da Portaria SEGES/MGI N.º 1.769/2023, os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto, conforme dispõe a Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e providenciadas as novas contratações de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021; e

1.1.2. Art. 20 da IN 05/2017-MPDG, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, de forma a viabilizar a contratação necessária do serviço de fornecimento de energia elétrica pela EQUATORIAL S/A, para uso exclusivo nas instalações desta Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI e demais unidades que a Polícia Federal instale no Estado do Piauí, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. OBJETO

2.1. Fornecimento de energia elétrica pela EQUATORIAL S/A, para uso exclusivo nas instalações desta Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI e demais unidades que a Polícia Federal instale no Estado do Piauí, de acordo com as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica e demais regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2.2. A contratação do serviço na sede da Superintendência Regional seguirá a estrutura tarifária Horossazonal Verde, com demanda de 200 KW, o horário de ponta esta definido na RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 3.292, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023 no Art. 12. "O horário de ponta para a área de concessão da Equatorial PI compreende o período entre as 17 horas e 30 minutos e as 20 horas e 29 minutos", exceto sábados, domingos e feriados e horas fora de ponta consecutiva e complementar às definidas no horário de ponta durante o exercício o ano.

3. NECESSIDADE

3.1. Com a entrada em vigor da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) como único regramento para compras públicas no país, os contratos celebrados com vigência por prazo indeterminado, como os de serviços públicos essenciais de energia elétrica, água e esgoto devem ser extintos até 31 de dezembro de 2024, e substituídos por nova contratação com fundamento na nova lei de licitações.

3.2. Neste sentido, a contratação é imprescindível para o funcionamento da Superintendência Regional de Polícia Federal do Piauí e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba, o fornecimento de energia elétrica, além de ser um serviço de caráter continuado, reveste-se de serviço essencial para as atividades mais simples às complexas.

3.3. O serviço tem caráter acessório, porém é imprescindível para o funcionamento das instalações da

Polícia Federal no Estado do Piauí, haja vista não mais subsistir na vida contemporânea serviço público que possa ser prestado sem a utilização, seja como meio ou fim, ferramentas de trabalho que não dependam diretamente da existência de energia elétrica.

4. NORMATIVOS APLICÁVEIS

- 4.1. A pretendida contratação se dará por contrato de adesão, não sendo passível a aplicação integral das normas que regem as contratações públicas, nem as minutas de contrato ou Projeto básico, mesmo assim aplica-se no que couber alguns normativos.
- 4.2. A lei 14.133/21, principalmente no que se refere a forma de contratação, IN 05/2017-SEGES-MPDG no que se refere aos tramites e documento preliminares necessários, lei 8.077/90 nas relações de consumo; lei 12.846/13 regulada pelo Decreto 8.420/15 nas declarações e garantias de anti-corrupção.
- 4.3. O acesso aos sistemas elétricos baseia-se ainda nas Leis nº 9.074/95, nº 9.648/98, nº 10.438/02, nº 10.848/04 e nº 14.182/21, nos Decretos nº 2.003/96, nº 4.562/02 e nº 5.163/05, nas Resoluções ANEEL nº 414/2010 e 506/2012 e demais legislações pertinentes, em virtude das quais a conexão e o uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO são garantidos ao ACESSANTE e contratados separadamente da energia elétrica; e
- 4.4. Ao ACESSANTE é assegurado o acesso de suas instalações aos sistemas elétricos, na condição de cativo, consumidor livre ou potencialmente livre, em conformidade com os arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074/95 ou, conforme o caso, na condição de consumidor especial, em conformidade com os §§ 1º e 5º do art. 26 da Lei nº 9.427/96.
- 4.5. Diversos outros dispositivos legais ainda são aplicáveis, conforme o caso e no que couber.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para a contratação do fornecimento de energia elétrica, um serviço essencial ao funcionamento desta Superintendência Regional de Polícia Federal do Piauí e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI e demais unidades que a Polícia Federal instale no Estado do Piauí, deve-se proceder a contratação direta, de acordo com a lei nº 14.133/21:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

- 5.2. O Serviço mencionado é prestado com exclusividade no Estado do Piauí pela empresa Equatorial S/A, e sendo assim não se vislumbrando a possibilidade de escolha de outro fornecedor, motivo pelo qual se poderia inicialmente concluir sobre a necessidade de inexigir licitação, pela ausência de competição.
- 5.2.1 A exclusividade se comprava nos termos do resultado de julgamento do Leilão n.º 2/2018-PPI/PND (35866850), onde se verifica a publicidade do processo de privatização da CEPISA, sendo vencedora do processo de concessão a EQUATORIAL S/A (CNPJ. 06.840.748/0001-89).
- 5.3. Conforme art. 109 da Lei 14.133/21, a vigência contratual será por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.
- 5.3.1. Portanto, a contratação para fornecimento de energia se encaixa no referido texto legal, pois o serviço de fornecimento de energia elétrica no Estado do Piauí é prestado com exclusividade pela empresa EQUATORIAL S/A.

6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

6.1. Levantamento dos últimos consumos anuais do serviço de fornecimento de energia elétrica na Superintendência Regional de Polícia Federal do Piauí e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI:

Período	Consumo (kWh ano)	
2021	573.552	
2022	554.748	
2023	557.532	

Período	Consumo (kWh ano)	
2024	569.233	Com base no consumo mensal e nas projeções para o resto do exercício
2025	563.766	Projeção de consumo para o ano de 2025
Média	563.766	

6.2. Assim, a quantidade anual (estimada) projetada é:

DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade anual (estimada)
Energia elétrica	kWh	563.766

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1. O serviço de fornecimento de energia elétrica para o funcionamento desta Descentralizada, será prestado com exclusividade no Estado do Piauí pela empresa EQUATORIAL S/A. Sendo assim e não se vislumbrando a possibilidade de escolha de outro fornecedor, vez que a empresa concessionária mantém o monopólio do serviço.

7.2. Conclua-se sobre a necessidade de inexigir licitação, pela ausência de competição, conforme disposto no art. 74, inc. I, da lei 14.133/21.

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

8.1. Estimativa anual de preços para o fornecimento de energia elétrica na Superintendência Regional de Polícia Federal do Piauí e a Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI:

Período	Consumo (KwH/ano)	Variação do consumo	Valor anual	Preço médio unit. do KWH	Variação média do preços unit. Kwh	
2021	573.552,00		R\$ 497.667,07	R\$ 0,87		
2022	554.748,00	-3%	R\$ 462.333,59	R\$ 0,83	-3%	
2023	557.532,00	1%	R\$ 545.728,01	R\$ 0,98	15%	
2024	569.233,08	2%	R\$ 592.002,40	R\$ 1,04	6%	
2025	563.766,27	-1%	R\$ 609.359,18	R\$ 1,08	3,93%	IPCA projetado 2025

8.2. Assim, os valores anuais estimados, tendo como parâmetros os exercícios anteriores e reajuste previsto decorrente da inflação (IPCA), na medida que não saiu o índice oficial para 2025.

DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade (mensal)	Quantidade anual	Valo anual (estimado)
Energia elétrica	mês	12	R\$ 609.359,18

8.3 Os métodos acima de valores não correspondem aqueles previstos na IN nº 65/2021 SEGES/ME, visto que trata-se de um contrato de adesão, estando os valore unitários sujeitos ao controle da ANEEL, não comportando qualquer tipo de negociação com a concessionária, sendo os valores tarifaricos anexados aos autos.

8.3.1 Nestes termos, justificamos os preços da contratação, nos termos do Art. 72, inciso VII da Lei 14.133/2021.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Por se tratar de processo de contratação direta (inexigibilidade), cujo objeto só pode ser fornecido por empresa exclusiva, o parcelamento não é viável.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/ OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. A contratação contempla o sistema de bandeiras tarifárias, que tem como objetivo sincronizar os preços e custos, equilibrando o balanço das despesas das distribuidoras com a aquisição de energia e as tarifas cobradas aos consumidores. A aplicação desta metodologia visa buscar a sensibilização da sociedade sobre a responsabilidade do consumo consciente, sinalizando quando há escassez de oferta de energia.

11.2. Melhoria da eficiência energética, implantação de programa de conscientização para o uso racional e sustentável de energia e realização de estudos para implantação de sistemas de energia renováveis.

11.3. Também, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

11.3.1. baixo impacto sobre recursos naturais como terra, fauna, ar, solo e água;

11.3.2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

11.3.3. maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

11.3.4. maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

11.3.5. maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

11.3.6. uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

11.3.7. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

11.3.8. utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reforestamento.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

12.1. A aquisição do presente serviço é imprescindível para o funcionamento das instalações da Polícia Federal no Estado do Piauí, haja vista não mais subsistir na vida contemporânea serviço público que possa ser prestado sem a utilização, seja como meio ou fim, ferramentas de trabalho que não dependam diretamente da existência de energia elétrica.

13. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

13.1. A contratada deverá oferecer os serviços aptos no Projeto Básico e as obrigações da Contratada e Contratante serão previstas no Projeto básico.

14. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. A partir dos estudos realizados, declaramos viável a presente contratação por meio de contratação direta, nos moldes da nova Lei de Licitação (inexigibilidade - Art. 74, inc. I, Lei nº 14.133/21).

Integrantes:

FERNANDO JOSÉ BARBOSA DE MOURA CASTRO (SIAPE: 1226998)

THOMAZ VICTOR BARROS ALBUQUERQUE (SIAPE: 3290482)

CAMILO MAGALHÃES DA TRINDADE (SIAPE: 2421203)



Documento assinado eletronicamente por **CAMILO MAGALHAES DA TRINDADE**, **Agente Administrativo(a)**, em 12/09/2024, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **THOMAZ VICTOR BARROS ALBUQUERQUE**, **Fiscal de Contrato**, em 12/09/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSE BARBOSA DE MOURA CASTRO**, **Agente de Polícia Federal**, em 12/09/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=37164963&crc=816E6099.
Código verificador: **37164963** e Código CRC: **816E6099**.